



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS**

PREGÃO ELETRÔNICO 014/2024

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS - AL

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CONFORME DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO BRÁS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 682.494,48 (SEISCENTOS E OITENTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 10/10/2024 às 10:00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024/SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PE.09.17.0001.2024

O MUNICÍPIO DE SÃO BRÁS, ESTADO DE ALAGOAS, inscrito no CNPJ sob o nº 12.207.437/0001-80, com sede localizada à Rua do Comercio, nº 03 – Bairro centro, CEP 57.380-000, São Brás/AL, através de sua Prefeitura, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1- DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CONFORME DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO BRÁS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2- DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam previamente credenciados no sistema www.licitanet.com.br:

3.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Essa licitação é de participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. ([Art. 4º § 2º da Lei 14.133/2021](#)).

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#),



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

para o agricultor familiar o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. O impedimento de que trata o item 3.8.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

3.14. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.11. e 8.13. deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório; ([§ 1º do art. 63 da Lei 14.133/2021](#)).

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; ([Inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021](#))

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; ([Inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/2021](#)).

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3. ou 4.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS**

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do Item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,05 (cinco centavos)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.8. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6. e 4.5. deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. [\(art. 29 da Instrução Normativa nº 02/2023\)](#).

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento), para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#));

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; ([Inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/2021](#));

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. ([§ 1º do art. 63 da Lei 14.133/2021](#));

8.10. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, ou com apresentação dos documentos abaixo elencados.

8.11.1. Habilitação jurídica:

8.11.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.11.1.2. Em se tratando de micro empreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.11.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.11.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.11.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.11.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);

8.11.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.11.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

8.11.2. Regularidade fiscal social e trabalhista:

8.11.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes/Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso ([art. 68, I da Lei nº. 14.133/2021](#));

8.11.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; ([art. 68, II da Lei nº. 14.133/2021](#));

8.11.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas ([art. 68, III da Lei nº. 14.133/2021](#));

8.11.2.3.1. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.11.2.4. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei ([art. 68, IV da Lei nº. 14.133/2021](#));

8.11.2.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho ([art. 68, V da Lei nº. 14.133/2021](#));

8.11.2.6. Cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#), ([art. 68, VI da Lei nº. 14.133/2021](#));

8.11.2.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.11.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.11.3. Qualificação Econômico-Financeira.

8.11.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. No caso do documento mencionado neste item não fixar prazo de validade, ([art. 69 inciso II da Lei 14.133/2021](#)).

8.11.3.1.1. Caso a referida certidão não apresente prazo de validade será considerado até 90 (noventa) dias da data de sua emissão.

8.11.4. Qualificação Técnica

8.11.4.1. Todos os licitantes deverão apresentar um ou mais atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito PÚBLICO ou PRIVADO, que comprove que a empresa licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória e a contento, conforme o objeto da presente licitação.

8.11.4.1.1 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras declarações:

8.11.5. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do art. 63, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

8.11.6. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;

8.11.7. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

8.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.14. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e,

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que: (verificar decreto)

a) solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP, e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos [art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23](#).

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição

11. DOS RECURSOS



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema,

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.saobras.al.gov.br e no sistema www.licitanet.com.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;

12.1.2.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 0, 0 e 0 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 0, 0 e 0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até **3 (três)** dias úteis antes da data da abertura do certame, ([art. 164 da Lei 14.133/2021](#)).

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias** úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados;

13.3.1. de forma eletrônica, através do sistema www.licitanet.com.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.saobras.al.gov.br e no sistema www.licitanet.com.br.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

São Brás/AL, 27 de setembro de 2024.

Ivanildo do Nascimento Boia
Pregoeiro



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

I – OBJETO:

Contratação de empresas para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios conforme demanda das secretarias municipais de São Brás.

LOTE I:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO	UNID	QTD. GERAL	Valor De Referência Unitário	Total
1	ACHOCOLATADO EM PÓ, em Sachê 200g, 400g ou 1kg.	kg	204	R\$ 18,08	R\$ 3.688,32
2	ACHOCOLATADO LÍQUIDO, embalagem contendo 1 LITRO	und	1500	R\$ 9,40	R\$ 14.100,00
3	AÇÚCAR cristal refinado, na cor branca, sacarose de cana de açúcar, acondicionado em saco de polietileno transparente hermeticamente fechado de 01 Kg, sem substâncias tóxicas ou estranhas, contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses da data de entrega.	kg	2076	R\$ 5,64	R\$ 11.708,64
4	ADOÇANTE DIETÉTICO – Composição: sorbitol, ciclamato de sódio e sacarina sódica (educorante artificial), ácido benzóico e metilparabeno (conservantes). Aspecto físico: líquido límpido transparente. Embalagem: frasco 100mL.	Frasco 100mL	96	R\$ 9,23	R\$ 886,08
5	Almôndegas ao Molho - de carne bovina, em latas de 420g sem ferrugem ou amassada.	unid	720	R\$ 12,91	R\$ 9.295,20
6	AMIDO DE MILHO, embalagem c/ 200gr, tradicional, fontes de vitaminas e ferro, mistura a base de amido de milho para preparo de mingaus - não contém ovos. Referência Maisena.	Und	156	R\$ 6,33	R\$ 987,48
7	ARROZ branco, tipo 1, classe longo fino, acondicionado em saco de polietileno transparente, fechado hermeticamente, apresentação 01 Kg, devendo constar na embalagem a data de fabricação, identificação da marca do fabricante, prazo de validade de no mínimo 06 meses da data da entrega.	kg	684	R\$ 7,18	R\$ 4.911,12
8	ARROZ parboilizado, tipo 1, classe longo fino, acondicionado em saco plástico de polietileno transparente, fechado hermeticamente, apresentação 01 Kg, devendo constar na embalagem a data de fabricação, identificação da marca do fabricante, prazo de validade de no mínimo 06 meses da data da entrega.	kg	720	R\$ 8,08	R\$ 5.817,60
9	AVEIA EM FLOCOS FINA, pacote de 500g, 100% natural, validade mínima de 6 meses, embalagem com informações nutricionais.	Und	96	R\$ 8,77	R\$ 841,92
10	Biscoito diet, para dieta de ingestão controlada de açúcares, alimento integral, fonte de fibras, proteínas e sem adição de açúcares. Embalagem com informação nutricional, data de validade, selo de qualidade e confiança da Associação Nacional de Assistência ao Diabético. Peso líquido 150g.	PCT.	360	R\$ 11,58	R\$ 4.168,80



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

11	BISCOITO DOCE, apresentação redondo, tipo Maria, sem recheio, contendo: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico , gordura vegetal, 0% de gorduras trans. Dupla embalagem, pacotes embalados 1 a 1, peso líquido: 400 g, com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade mínimo de 04 meses, constantes na embalagem.	Pacote 400g	3360	R\$ 7,46	R\$ 25.065,60
12	BISCOITO SALGADO, apresentação quadrada, tipo cream-cracker, contendo: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico , gordura vegetal, 0% de gorduras trans. Dupla embalagem, pacotes embalados 01 a 01, peso líquido 400g, com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade mínimo de 04 meses, constantes na embalagem.	Pacote 400g	3480	R\$ 7,91	R\$ 27.526,80
13	BISCOITO TIPO ROSQUINHA, sabor chocolate, contendo: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico , açúcar, amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, sal, bicarbonatos de sódio e de amônio, aroma de chocolate e estabilizante lecitina de soja. Pode conter traços de leite. Embalagem de 400 g, com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade mínimo de 03 meses, constantes na embalagem.	Pacote 400g	2760	R\$ 8,36	R\$ 23.073,60
14	BOMBONS DE CHOCOLATE, pct de 1 kg	Pct	252	R\$ 69,76	R\$ 17.579,52
15	CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO, apresentação: torrado e moído, sem misturas, embalado à vácuo, 1ª qualidade, com aspecto, cor e sabor característicos. Embalagem metalizada com 250g, contendo data de fabricação e validade, com selo de pureza da ABIC.	Pacote 250g	1512	R\$ 11,88	R\$ 17.962,56
16	CAFÉ SOLÚVEL, sachê de 50g, contendo data de fabricação e validade, com selo de pureza da ABIC	UNID	120	R\$ 5,68	R\$ 681,60
17	CALDO DE BACON, caixa de 06 cubos, 19g, prazo de validade mínima de 12meses.	Cx	36	R\$ 4,30	R\$ 154,80
18	CALDO DE CARNE, caixa de 06 cubos, 19g, prazo de validade mínima de 12meses.	Cx	90	R\$ 4,68	R\$ 421,20
19	CALDO DE GALINHA, caixa de 06 cubos, 19g, prazo de validade mínima de 12 meses.	Cx	78	R\$ 4,11	R\$ 320,58
20	CANELA EM PÓ, em pacotes de 50g. Prazo de validade mínimo de 12 meses.	Und	60	R\$ 7,62	R\$ 457,20
21	CARNE BOVINA MOÍDA, 1ª qualidade, congelada, industrializada, sem inervações, pouca gordura, acondicionada em saco plástico de polietileno de 500g , atóxico, com carimbo do SIF ou SIE/AL de acordos com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com prazo de validade mínimo de 08 meses.	Kg	636	R\$ 21,94	R\$ 13.953,84
22	CARNE BOVINA SEM OSSO, tipo coxão mole, cortes chã de dentro, patinho, alcatra. Apresentação: congelada, sem manchas escuras, verdes, sem inervações, ou contra pesos, acondicionada em saco plástico de polietileno com 05 Kg , com carimbo do SIF ou SIE/AL de acordo com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com prazo de validade mínimo de 09 meses.	Kg	420	R\$ 47,53	R\$ 19.962,60



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

23	CARNE DE AVE REFRIADA MOÍDA de 1º Qualidade, Carne limpa e sem gordura e similares, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, embalados em pacotes de 01Kg	Kg	540	R\$ 17,65	R\$ 9.531,00
24	CARNE DE FRANGO (PEITO) com osso congelada, de 1ª qualidade, embalagens que contenham dados de identificação e informações nutricionais do produto, validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega, nº de registro no SIF, SIE ou SIM.	Kg	252	R\$ 28,43	R\$ 7.164,36
25	CATCHUP – Ingredientes Básicos: polpa de tomate, açúcar, vinagre, sal e conservante. Características adicionais: produto próprio para o consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: bisnaga PET 200g.	Bisnaga pet (200g)	198	R\$ 4,94	R\$ 978,12
26	CHÁ DE ERVAS- Camomila. Caixa com no mínimo 10 saquinhos, peso líquido mínimo 15g. Validade mínima 18meses.	Cx	252	R\$ 6,46	R\$ 1.627,92
27	CHÁ DE ERVAS- Cidreira. Caixa com no mínimo 10 saquinhos, peso líquido mínimo 15g. Validade mínima 18meses.	Cx	252	R\$ 6,67	R\$ 1.680,84
28	CHARQUE DIANTEIRO. Produto preparado com carne bovina tipo ponta de agulha com salmoura, dessecada, de consistência firme, com aspecto, cor, odor e sabor característicos. Prazo de validade mínimo de 06 meses no ato da entrega. Embalagem: polietileno transparente, atóxica, 01 Kg.	Kg	732	R\$ 58,59	R\$ 42.887,88
29	CONDIMENTO COLORAU (SEM SAL). Apresentação industrial, matéria prima urucum, aspecto físico pó, aplicação culinária em geral, com identificação do fabricante, prazo de validade e peso líquido na embalagem, validade mínima de 06 meses, acondicionado em saco de polietileno transparente, fechado hermeticamente, com validade não inferior a 06 meses, pct com 100g.	Pacote	912	R\$ 2,96	R\$ 2.699,52
30	CONDIMENTO MISTO EM PÓ, COMINHO. Pct. plástica de polietileno transparente, 100g, validade mínima de 06 meses.	Pacote	696	R\$ 3,62	R\$ 2.519,52
31	Coxa e sobrecoxa de frango congelada em pacote de 01 a 03 Kg, com selo de procedência e data de validade, com no max 6% de água. Aspecto próprio sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios, com ausência de sujidades, parasitas e larvas e demais especificações exigidas pela ANVISA.	Kg	456	R\$ 22,75	R\$ 10.374,00
32	CREME DE LEITE. Ingredientes: gordura láctea - mínimo 35%, apresentação lata, peso mínimo 300gr, prazo de validade 1 ano, conservação: ambiente seco e arejado.	Lata	204	R\$ 7,26	R\$ 1.481,04
33	ERVILHA – lata, peso mínimo 200g, reidratada em conserva, registro no Ministério da Saúde. Ingredientes: sal, açúcar, ervilha. Prazo de validade mínimo de 1 ano.	Lata	144	R\$ 4,39	R\$ 632,16
34	EXTRATO DE TOMATE, concentrado com substância seca, mínimo 18% p/p, adição 1% de açúcar e 5% de cloreto de sódio, isento de fermentações e processamentos defeituosos. Embalagem: Stand up pouch, mínimo 340g.	Stand up	792	R\$ 3,99	R\$ 3.160,08



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

35	FARINHA DE ARROZ – sem aditivos químicos, Data de Fabricação e validade mínima de 04 meses. Inscrição no Ministério da Saúde, embalagem 500g.	Und	372	R\$ 8,77	R\$ 3.262,44
36	FARINHA DE MANDIOCA, torrada, seca, fina, beneficiada branca, tipo 2, isenta de sujidades, acondicionadas em saco plástico transparente contendo 1 kg, a embalagem deverá conter os dados de identificação do produto, prazo de validade não inferior a 05 meses da data da entrega.	Kg	264	R\$ 8,71	R\$ 2.299,44
37	FARINHA DE MILHO, TIPO FLOCÃO, pré-cozido do grão do milho moído, de cor amarela, acondicionado em saco de polietileno transparente, atóxico, fechado hermeticamente, enriquecida com ferro e ácido fólico, embalado em pacotes de 500g.	Und	1140	R\$ 4,20	R\$ 4.788,00
38	FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA - TIPO 1 – A farinha de trigo deverá ser obtida a partir de grão de trigo, limpos e em perfeito estado de conservação. Pacotes de papel kraft branco, polietileno branco leitoso ou polietileno transparente com capacidade para acondicionar 1.000 gramas de farinha de trigo. As marcações obrigatórias devem ser impressas no sistema rotogravura. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	kg	1092	R\$ 9,01	R\$ 9.838,92
39	FEIJÃO carioquinha, classe 1, novo, constituídos de grãos inteiros e sãos, apresentação 01 Kg, acondicionado em saco de polietileno transparente, fechado hermeticamente, prazo de validade de no mínimo 06 meses da data da entrega.	kg	300	R\$ 9,70	R\$ 2.910,00
40	FEIJÃO FRADINHO - constituídos de grãos inteiros e sãos, apresentação 01 Kg, acondicionado em saco de polietileno transparente, fechado hermeticamente, prazo de validade de no mínimo 06 meses da data da entrega.	kg	90	R\$ 9,77	R\$ 879,30
41	FILE DE PEIXE TIPO MERLUZA, congelado sem espinhas. Embalagem de polipropileno de 01 Kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido e registro do SIF ou equivalente do Ministério da Agricultura do estado onde se localiza a sede ou domicílio do licitante. Data de fabricação não inferior a 90% do prazo de validade.	Kg	132	R\$ 43,95	R\$ 5.801,40
42	FRANGO RESFRIADO, congelado com adição de água de no máximo 6%, peça com 2,5 Kg a 3,0 Kg. Aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Registro no SIF ou SISP.	Kg	348	R\$ 32,47	R\$ 11.299,56
43	GOIABADA, embalagem plástica com 600g, validade mínima de 6 meses.	Und	324	R\$ 7,93	R\$ 2.569,32
44	GRANOLA Tradicional Zero Adição de Açúcares – sache peso mínimo 250g.	Sache	192	R\$ 11,90	R\$ 2.284,80
45	IOGURTE LIQUIDO VITAMINADO, embalagem mínimo de 900 ml	unid	2160	R\$ 10,87	R\$ 23.479,20
46	LEITE CONDENSADO. Ingredientes: leite integral/açúcar/leite em p integral e lactose. Prazo de validade 12 meses. 395g.	Lata	324	R\$ 7,38	R\$ 2.391,12



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

47	LEITE DE COCO 200 ML, composição: extrato de amêndoa de coco diluído para 25% de lipídios, caborximetilcelulose, benzoato de sódio e metabissulfito de sódio.	Und	1080	R\$ 7,33	R\$ 7.916,40
48	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTATÂNEO. Produto de primeira qualidade, com teor de gordura igual ou superior a 26%, contendo açúcares, proteínas, de cor branca amarelada, sabor e odor agradável, não rançoso, próprio para o consumo. Embalagem laminada com 200g, identificação do fabricante, prazo de validade e peso líquido na embalagem, validade mínima de 06 meses, com registro no Ministério competente e informação nutricional na embalagem.	Pacote 200g	1440	R\$ 8,09	R\$ 11.649,60
49	LINGÜIÇA TIPO CALABRESA, industrializada, congelada, de 1ª qualidade, com selo de inspeção do órgão competente. Data de validade não inferior a 06 meses. Embalagem: polietileno atóxica 2,5 Kg.	Kg	324	R\$ 34,84	R\$ 11.288,16
50	MACARRÃO SÊMOLA TIPO ESPAGUETE. Ingredientes: sêmola de trigo, ovos e corantes naturais de urucum. Embalagem de polietileno transparente, fechado hermeticamente, com prazo de validade não inferior a 06 meses da data da entrega.	Pacote 500g	732	R\$ 4,80	R\$ 3.513,60
51	MAIONESE TRADICIONAL. Composição: 0% de gordura trans, água, óleo vegetal, amido modificado, açúcar, ovos pasteurizados, vinagre, sal, suco de limão; acidulantes: ácido láctico e ácido cítrico; estabilizantes: goma guar e goma xantana; conservador: sorbato de potássio; antioxidantes: BHT e BHA sequestrante: EDTA – cálcio dissódico; corantes: idêntico aos naturais: betacaroteno e riboflavina e aromatizantes. Embalagem: sachê 500g.	Sachê 500g	198	R\$ 5,26	R\$ 6.185,76
52	MARGARINA VEGETAL CREMOSA. Produto que se apresenta sob forma de emulsão plástica ou fluída contendo obrigatoriamente os ingredientes leite, seus constituintes, óleos e/ou gorduras comestíveis, sal e água, deverá conter no mínimo 60% de lipídios . No rótulo deverá constar a denominação do produto e sua classificação – Rotulagem Nutricional Obrigatória. Embalagem individual com 250g, reembaladas em caixas de papelão reforçadas com 24 potes cada. Data de fabricação e prazo de validade não inferior a 05 meses da data da entrega.	Unidad e 250g	1176	R\$ 9,03	R\$ 1.787,94
53	MILHO para canjica - milho, tipo grão, aplicação mungunzá (canjica), pacote de 500G.	Unid	480	R\$ 8,59	R\$ 4.123,20
54	MILHO PARA PIPOCA, classe amarelo, tipo 1, embalagem plástica de 500g.	Unid	312	R\$ 8,84	R\$ 2.758,08
55	MILHO VERDE EM CONSERVA. Embalagem em lata com revestimento interno apropriado, vedada peso mínimo de 200g. Data de validade não inferior a 06 meses da data de entrega.	Lata 200g	240	R\$ 5,53	R\$ 1.327,20
56	MISTURA PARA BOLO – contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, amido de milho, fermento químico e aroma artificial. Embalagem com peso mínimo de 450 g, com prazo de fabricação e validade, validade mínima de 6 meses.	Pacote 450g	312	R\$ 9,00	R\$ 2.808,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

57	MORTADELA TUBULAR, sem gordura, peças com 2,5 a 3,5 Kg. Embalagem contendo data de fabricação e validade, de no mínimo 3meses, seguindo especificações da ANVISA.	Kg	510	R\$ 20,74	R\$ 10.577,40
58	ÓLEO DE SOJA. Ingredientes: óleo 100% de soja, com antioxidante e ácido cítrico, tipo: refinado, unidade de fornecimento: embalagem plástica (pet) contendo 900 mL.	Und	396	R\$ 8,46	R\$ 3.350,16
59	OVOS DE GALINHA, tipo branco, tamanho médio, pesando no mínimo 50g, a casca deve apresentar-se áspera, porosa, fosca, seca e limpa, não deve conter rachaduras. Prazo de validade mínimo de 30 dias da data de entrega e carimbo do SIF ou SIE/AL de acordo com as normas do Ministério da Agricultura. Embalagem: bandejas com 30 und em caixa secundária de papelão.	Bandeja	300	R\$ 18,00	R\$ 5.400,00
60	PÃO DE FORMA pct com 500g	Pct	600	R\$ 9,56	R\$ 5.736,00
61	PÃO PARA CACHORRO QUENTE, 50g.	Und	6480	R\$ 0,78	R\$ 5.054,40
62	PRESUNTO FATIADO, embalado em isopor com aproximadamente 300g, com etiqueta de peso, procedência, data de validade e demais informações exigidas pela ANVISA.	Kg	648	R\$ 24,51	R\$ 15.882,48
63	PROTEÍNA DE SOJA, texturizada, sabor carne, em embalagem plástica flexível, atóxica com 500g, secundária em plástico resistente.	unid	480	R\$ 11,15	R\$ 5.352,00
64	QUEIJO COALHO, pacote com 1Kg, fabricado com leite pasteurizado, fermento lácteo, sal, cloreto de cálcio e coalho, sem glúten. Rótulo com dados do fabricante, prazo de validade e registro no Ministério da Agricultura.	Kg	396	R\$ 43,93	R\$ 17.396,28
65	Queijo mussarela, embalados em isopor com aproximadamente 300gr: Leite pasteurizado, cloreto de cálcio, sal refinado, coalho fermento lácteo liofilizado e conservador nitrato de sódio- não contém glúten. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, cheiro forte, intenso ou azedo, coloração não característica, sabor alterado e peso insatisfatório.	Kg	588	R\$ 34,97	R\$ 20.562,36
66	QUEIJO RALADO Tipo Parmesão, Embalagem plástica de 100 g. com validade de 6 meses	Unid	84	R\$ 8,64	R\$ 725,76
67	REFRESCO SACHÊ – preparado solido (pó) para refresco de frutas com 30% de polpa de fruta desidratada, com concentração para 6 a 8 partes de água adoçada com sabor uva embalagem em caixa com 16 unidades.	Caixa	348	R\$ 23,71	R\$ 8.251,08
68	REFRIGERENTE 02L, à base de cola. Rotulo com data de fabricação e validade de no mínimo 6 meses.	Unid	864	R\$ 12,30	R\$ 10.627,20
69	REFRIGERENTE 02L, à base de guaraná. Rotulo com data de fabricação e validade de no mínimo 6 meses.	Unid	648	R\$ 9,79	R\$ 6.343,92
70	REQUEIJÃO CREMOSO Tradicional embalagem peso mínimo 200g	Und	396	R\$ 9,50	R\$ 3.762,00
71	SAL REFINADO IODADO, embalagem contendo 1 Kg, com identificação do produto, marca do fabricante, ingredientes: cloreto de sódio, iodeto de potássio, com data de fabricação de no mínimo 12 (doze meses), registro no Ministério da Saúde com informações nutricionais no rótulo.	Kg	540	R\$ 2,90	R\$ 1.566,00



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS**

72	SALSICHA Resfriada – embalagens que contenham especificados o local de origem do produto, peso, data de embalagem e vencimento não inferior a 06 meses. Embalagem de 05 Kg	Kg	1320	R\$ 15,92	R\$ 21.014,40
73	SARDINHA, em conserva, em óleo de soja comestível. Embalagem com 125 g	unid	744	R\$ 8,36	R\$ 6.219,84
74	SUCO CONCENTRADO DE FRUTA INTEGRAL. Composição: água potável, suco concentrado de diversos sabores (acerola, caju, uva, abacaxi, goiaba) acidulante, ácido, cítrico, aromatizante: aroma idêntico ao natural, garrafa de vidro de 500 ml.	Garraf a 500 ml	600	R\$ 12,46	R\$ 7.476,00
75	TEMPERO EM PÓ - In natura de primeira qualidade, acondicionado em embalagem plástica de 100g.	Und	756	R\$ 4,10	R\$ 3.099,60
76	VINAGRE, a base de fermento acético de álcool, água, contendo conservantes, não contendo glúten, acidez volátil de 4% - e Registro do produto no Ministério competente, data de fabricação e prazo de validade na embalagem, validade mínima de 06 meses. Embalagem: garrafa 500 mL.	frasco	252	R\$ 3,20	R\$ 806,40

LOTE II:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO	UNID	QTD. GERAL	Valor De Referência Unitário	Total
77	ABACAXI, unidade média 750g, médio amadurecimento, casca íntegra, sem perfurações	Unid	1080	R\$ 6,42	R\$ 6.933,60
78	ABÓBORA, in natura, não deve estar perfurada ou deteriorada.	Kg	300	R\$ 5,53	R\$ 1.659,00
79	ALFACE, in natura, espécie lisa, aplicação em alimentação humana, isento de sujidades, parasitas e larvas.	Unid	180	R\$ 2,49	R\$ 448,20
80	ALHO, as cabeças deverão ser redondas, firmes e cheias, com a parte exterior intacta e sem manchas. Os dentes devem ser firmes, graúdos e unidos. Peso médio 70g.	Kg	168	R\$ 28,33	R\$ 4.759,44
81	BATATA DOCE rosada, lavada, uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firmes, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície.	Kg	120	R\$ 7,67	R\$ 920,40
82	BATATA INGLESA, selecionada, de 1ª qualidade, tamanho médio 80g, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	336	R\$ 8,41	R\$ 2.825,76
83	BETERRABA, in natura, tipo extra, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	144	R\$ 6,17	R\$ 888,48
84	CEBOLA BRANCA, com casca protetora, tamanho médio 70g, de 1ª qualidade, desenrestada, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	312	R\$ 6,43	R\$ 2.006,16



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

85	CEBOLA ROXA, com casca protetora intacta sem resíduos, tamanho médio 70g, de 1ª qualidade, desenrestada, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	276	R\$ 8,05	R\$ 2.221,80
86	CEBOLINHA, in natura, em molhos, em perfeitas condições para o consumo e para utilização na culinária, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, as folhas não devem estar machucadas, queimadas e deterioradas.	Molhos	48	R\$ 3,58	R\$ 171,84
87	CENOURA in natura, selecionada, de 1ª qualidade, tamanho médio 120g, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, com coloração e cor uniformes típicas da variedade, sem brotas, sem rachadura e outros defeitos.	Kg	336	R\$ 7,81	R\$ 2.624,16
88	CHUCHU IN NATURA- poupa intacta, casca firme, cor uniforme verde claro, sem brotas e defeitos. Selecionado, de 1ª qualidade, tamanho médio 350g, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	180	R\$ 6,06	R\$ 1.090,80
89	COENTRO, em molhos, em perfeitas condições para o consumo e para utilização na culinária, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, as folhas não devem estar machucadas, queimadas e deterioradas. Sendo no mínimo 200g cada molho	Molhos	216	R\$ 3,22	R\$ 695,52
90	Couve-Flor de 1ª qualidade, livres de fungos; tamanho de médio a grande.	Kg	24	R\$ 14,55	R\$ 349,20
91	Fruta in natura tipo banana, espécie prata – 1ª qualidade.	Dz	480	R\$ 8,00	R\$ 3.840,00
92	Fruta, in natura, tipo manga, espécie comum, aplicação alimentar – 1ª qualidade	Kg	372	R\$ 8,77	R\$ 3.262,44
93	Fruta, in natura, tipo laranja, aplicação alimentar – 1ª qualidade	Kg	660	R\$ 6,10	R\$ 4.026,00
94	Fruta, in natura, tipo maçã, aplicação alimentar – 1ª qualidade	Kg	624	R\$ 11,39	R\$ 7.107,36
95	Fruta, in natura, tipo mamão, espécie havaí, aplicação alimentar – 1ª qualidade	Kg	360	R\$ 8,91	R\$ 3.207,60
96	Fruta, in natura, tipo maracujá, aplicação alimentar – 1ª qualidade	Kg	384	R\$ 10,33	R\$ 3.966,72
97	Fruta, in natura, tipo melancia, espécie redonda, aplicação alimentar – 1ª qualidade	Kg	1320	R\$ 10,78	R\$ 14.229,60
98	Fruta, in natura, tipo melão, aplicação alimentar – 1ª qualidade	Kg	744	R\$ 8,14	R\$ 6.056,16
99	Fruta, in natura, tipo pera, aplicação alimentar – 1ª qualidade	Kg	456	R\$ 15,37	R\$ 7.008,72
100	Fruta, in natura, tipo uva, aplicação alimentar – 1ª qualidade	Kg	480	R\$ 12,92	R\$ 6.201,60
101	GOIABA VERMELHA, in natura, não deve estar amassada, deteriorada ou perfurada, médio amadurecimento.	Kg	300	R\$ 9,34	R\$ 2.802,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

102	INHAME EXTRA, in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isento de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA.	Kg	552	R\$ 9,53	R\$ 5.260,56
103	Legume in natura, tipo batata doce, espécie comum, aplicação alimentar - de 1ª qualidade.	Kg	312	R\$ 6,70	R\$ 2.090,40
104	LIMÃO TAITI, in natura, médio amadurecimento, casca íntegra, não deve estar perfurada ou deteriorada, cor característica do produto	Kg	180	R\$ 8,64	R\$ 1.555,20
105	MACAXEIRA, in natura, apresentação – 1ª qualidade, tipo casca lisa, tamanho médio a grande – 1ª qualidade.	Kg	600	R\$ 5,37	R\$ 3.222,00
106	PEPINO, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades.	Kg	156	R\$ 4,72	R\$ 736,32
107	PIMENTA DE CHEIRO VERDE, in natura, grau de maturação médio, não deve estar perfurada ou deteriorada.	Kg	54	R\$ 9,99	R\$ 539,46
108	PIMENTÃO, tamanho médio 55g, selecionado de 1ª qualidade, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	168	R\$ 8,37	R\$ 1.406,16
109	QUIABO, selecionado, 1ª qualidade, médio amadurecimento, apresentando coloração característica, sem manchas e/ou danos superficiais, sem restos florais, não deve ser murcho.	Kg	240	R\$ 7,87	R\$ 1.888,80
110	REPOLHO VERDE- Hortaliças de folhas enoveladas, característica íntegra, coloração uniforme, aroma, sabor e cor típicos da espécie isento de sujidades e selecionado, de 1ª qualidade, tamanho médio 01 a 1,5Kg, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	240	R\$ 7,29	R\$ 1.749,60
111	TOMATE, semi-maduro, inteiro, tamanho médio 100g, sem machucões, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	360	R\$ 5,77	R\$ 2.077,20

II – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 A contratação encontra-se fundamentada pela Lei 14.133/21 no art. 6º XLI que define o pregão com a modalidade licitatória obrigatória par a aquisição de bens e serviços comuns.

2.2 Cujo o critério e julgamento poderá ser menor preço por item. Encontra-se também fundamentada no art. 40 que determina que as compras sempre que pertinentes, deverão ser feitas por sistema de registro de preço.

2.3 O objeto da licitação encontra-se no PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

III – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Levando em consideração os aspectos econômicos, técnicos e financeiros a alternativa mais eficiente e



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

eficaz para atendimento da demanda, com forme análise realizado pelo estudo técnico – ETP, para a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, conforme especificações técnicas no item 1 deste Termo de Referência.

3.2 Considerando que a contratação aqui pretendida abrange o consumo parcelado e eventual, recomendamos a utilização do Sistema de Registro de Preços, uma vez que se traduz em uma maior economicidade e eficiência no gerenciamento e planejamento dos itens a serem adquiridos, cumpre ressaltar, como necessidade imperiosa da Administração Pública, a implementação de medidas visando o uso sustentável e consciente promovendo medidas de economia.

3.3 Importante assegurar ainda que diante do atendimento a urgência de demanda pelas secretarias é necessário o adequado fornecimento dos itens conforme discriminado, não podendo ser substituído por outro produto.

3.4 Recomenda-se observar a aplicação da cota parte reservada as empresas ME/EPP de acordo com a Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro e suas alterações.

IV – REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:

4.1 DO FORNECEDOR REGISTRADO

4.1.1 Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem à mesma, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas;

4.1.2. Entregar os itens no órgão solicitado pelo Município de acordo especificação marca e preço e desconto registrados e na forma prevista;

4.1.3. Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao Município;

4.1.4. Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes do fornecimento, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer ao Município comprovante de quitação com os órgãos competentes;

4.1.5. Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas durante o fornecimento;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município;

4.1.7. Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros termos de autorização que se façam necessários à execução do fornecimento;

4.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto firmado com o Município, sem prévia e expressa anuência;

4.1.9. Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Município;

4.1.10. Entregar os itens no prazo máximo de **10 (dez) dias**. O prazo será solicitado através da ordem de fornecimento expedida pelos gestores da futura ata de registro de preços;

4.1.11. Providenciar a correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, bem como substituir, sem ônus adicionais no **prazo máximo de 3 (três) dias**, os alimentos cujos padrões de



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

qualidade, segurança e finalidade não se prestem ao seu fim específico.

4.1.12. Substituir, às suas expensas, no total o(s) item (s), cuja qualidade, finalidade, eficácia procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação a sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificarem vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação;

4.2. DO ORGÃO

4.2.1. Notificar o fornecedor registrado quanto à requisição dos produtos mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via e-mail ou retirada pessoalmente pelo fornecedor sendo que a nota de empenho repassada ao fornecedor poderá equivaler a uma ordem de fornecimento;

4.2.2. Permitir ao pessoal do fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;

4.2.3. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;

4.2.4. Efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas;

4.2.5. Receber os materiais entregues pela CONTRATADA, desde que estejam em conformidade com as especificações registradas;

4.2.6. Devolver com a devida justificativa, qualquer material entregue fora dos padrões e normas constantes do Edital e seus anexos;

4.2.7. Sempre que o fornecedor registrado não atender à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, observada a ordem de registro, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições, ou revogar o item específico, respectivo, ou a licitação, conforme previsão contida no Edital.

4.3. SUSTENTABILIDADE:

4.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.3.2 Para mitigar esses impactos ambientais, é importante adotar práticas de compra responsável, como:

4.3.2.1 Utilização de produtos que contenham embalagens recicláveis e recicladas.

4.3.3 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Na presente contratação não haverá necessidade de indicação de marcas, haja vista que o descritivo e as especificações dos itens desejados estão robustos, fidedignos e exatamente nos termos legais para uma contratação eficiente.

4.3.4 Da vedação de contratação de marca ou produto

Não haverá vedação de contratação de marca ou produto.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

4.3.5 Da exigência de amostra

Não haverá exigência de amostra

4.3.6 Da exigência de carta de solidariedade

Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

4.3.7 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3.8 Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

V – EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preço, o fornecedor deverá:

5.1.1 Fornecer os produtos de acordo com as necessidades das secretarias da Prefeitura Municipal de São Brás de forma parcelada;

5.1.2 Os produtos deverão ser fornecidos no **prazo máximo de 10 (dez) dias**. O prazo será solicitado através da ordem de fornecimento expedida pelos gestores da futura ata de registro de preço;

5.1.3 Os produtos deverão ser fornecidos em perfeito estado de conservação e sem violação da sua embalagem;

VI – GESTÃO DO CONTRATO:

6.1A gestão de contrato será executada por servidor devidamente autorizado, nomeado por portaria para acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, a entrega integral conforme ordem de fornecimento, atesto da nota fiscal. O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do objeto e encaminhará os apontamentos a autoridade competente para tomar providências cabíveis.

VII - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1 RECEBIMENTO:

7.1.1 O prazo de entrega dos itens é no **prazo de 10 (dez) dias** que será estabelecido na emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em quantitativo especificado pelo Contratante, com previsão de solicitações conforme necessidade da secretaria;

7.1.2 Caso não seja possível a entrega na data estabelecida, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.1.3 Entregar os gêneros alimentícios no órgão solicitado pelo Município de acordo especificação marca e preço e desconto registrados e na forma prevista;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

7.1.4 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em partes, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 5 (cinco) dias**, a contar da notificação para o contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.2 PAGAMENTO:

7.2.1 O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo da **entrega da parcela dos produtos**, após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente;

7.2.2 Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre a realização do fornecimento, inclusive a margem de lucro;

7.2.3 Os pagamentos serão efetuados de acordo com o fornecimento mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- A) Ordem(ns) de Fornecimento expedida pela Autoridade Competente;
- B) Nota(s) Fiscal(is) correspondente à(s) Ordem(ns) de Fornecimento, atestada(s) e liquidada(s);
- C) Prova de regularidade junto as Fazendas Federal e INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT, válidas no prazo mínimo de 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal.

7.2.4 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, de correção monetária;

7.2.5 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

7.2.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.2.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.2.8 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

7.2.9 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da **Lei Complementar nº 123, de 2006**, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

7.2.10 O fornecedor, durante toda a execução do pagamento, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.2.11 Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da Contratada, a mesma será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, num **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, em processo administrativo instaurado para esse fim específico;

7.2.12 O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério da Contratante. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos. Persistindo a irregularidade, a Contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente;

7.2.13 Não haverá em qualquer hipótese antecipação de pagamentos;

7.2.14 Não haverá cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

VIII - CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A ESCOLHA DO FORNECEDOR:

8.1 O fornecedor será selecionado através da modalidade Pregão eletrônico com o critério de Julgamento menor preço por item e pelo sistema de registro de preço onde será escolhida a proposta mais vantajosa para atender as especificações do objeto. Sendo o objeto parcelado em quantidades livres.

8.1.1 O fornecedor deverá cumprir as exigências de habilitação conforme expresse abaixo:

8.2 Habilitação jurídica

8.2.1 Empresário individual: Instrumento de inscrição de empresário individual;

8.2.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus sócios e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

8.2.4 Empresa ou Sociedade Estrangeira: para as empresas ou sociedades estrangeiras em funcionamento no país, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2.5 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.2.6 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

8.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação, com seus respectivos prazos de validade em vigor;

8.3.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Federal mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, na forma de lei específica;

8.3.4 Prova de Regularidade para com as Fazendas Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma de lei específica;

8.3.5 Regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), na forma de lei específica;

8.3.6 Prova de regularidade relativa ao FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos, na forma de lei específica;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

8.3.7 Declaração para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesesseis anos.

8.4 Qualificação Econômico-Financeira:

8.4.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou no site do Tribunal de Justiça do Estado do domicílio da licitante.

8.5 Qualificação técnica:

8.5.1 A Qualificação Técnica para o fornecimento, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante apresentação de Atestados ou Certidões, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o fornecimento e que seja pertinente e compatível com o objeto da licitação;

8.5.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.6 Outras declarações:

8.6.1 Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do art. 63, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

8.6.2 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;

8.6.3 Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

IX - ESTIMATIVAS DE PREÇO:

9.1 O valor estimado para a contratação é de R\$ 682.494,48 (Seiscentos e Oitenta e dois Mil, Quatrocentos e Noventa e Quatro Reais e Quarenta e Oito Centavos) conforme pesquisa feita através do Setor de Compras em base nacional conforme estabelecido no art. 23 da Lei 14.133/21.

X - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 As despesas oriundas do objeto licitado, ocorrerão através dos recursos do Orçamento das secretarias municipais de São Brás conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual exercício 2024. As dotações utilizadas constarão na Nota de Empenho.

SÃO BRÁS, -- de ----- de 2024



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

Asclepiede Pereira Bispo – Matrícula 0002396
Equipe de Planejamento

Deyse da Silva Cardoso
Secretária Municipal de Administração



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

<



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

			FMS	FMAS	PMSB	FME	GERAL
1	ACHOCOLATADO EM PÓ, em Sachê 200g, 400g ou 1kg.	kg	120	0	60	24	204
2	ACHOCOLATADO LÍQUIDO, embalagem contendo 1 LITRO	und	600	360	420	120	1500
3	AÇÚCAR cristal refinado, na cor branca, sacarose de cana de açúcar, acondicionado em saco de polietileno transparente hermeticamente fechado de 01 Kg, sem substâncias tóxicas ou estranhas, contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses da data de entrega.	kg	600	840	600	36	2076
4	ADOÇANTE DIETÉTICO - Composição: sorbitol, ciclamato de sódio e sacarina sódica (edulcorante artificial), ácido benzóico e metilparabeno (conservantes). Aspecto físico: líquido límpido transparente. Embalagem: frasco 100mL.	Frasco 100mL	24	24	36	12	96
5	Almôndegas ao Molho - de carne bovina, em latas de 420g sem ferrugem ou amassada.	unid	0	480	120	120	720
6	AMIDO DE MILHO, embalagem c/ 200gr, tradicional, fontes de vitaminas e ferro, mistura a base de amido de milho para preparo de mingaus - não contém ovos. Referência Maisena.	Und	0	72	60	24	156
7	ARROZ branco, tipo 1, classe longo fino, acondicionado em saco de polietileno transparente, fechado hermeticamente, apresentação 01 Kg, devendo constar na embalagem a data de fabricação, identificação da marca do fabricante, prazo de validade de no mínimo 06 meses da data da entrega.	kg	0	480	180	24	684
8	ARROZ parboilizado, tipo 1, classe longo fino, acondicionado em saco plástico de polietileno transparente, fechado hermeticamente, apresentação 01 Kg, devendo constar na embalagem a data de fabricação, identificação da marca do fabricante, prazo de validade de no mínimo 06 meses da data da entrega.	kg	0	480	180	60	720
9	AVEIA EM FLOCOS FINA, pacote de 500g, 100% natural, validade mínima de 6 meses, embalagem com informações nutricionais.	Und	60	36	0	0	96
10	Biscoito diet, para dieta de ingestão controlada de açúcares, alimento integral, fonte de fibras, proteínas e sem adição de açúcares. Embalagem com informação nutricional, data de validade, selo de qualidade e confiança da Associação Nacional de Assistência ao Diabético. Peso líquido 150g.	PCT.	0	360	0	0	360



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

11	BISCOITO DOCE, apresentação redondo, tipo Maria, sem recheio, contendo: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico , gordura vegetal, 0% de gorduras trans. Dupla embalagem, pacotes embalados 1 a 1, peso líquido: 400 g, com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade mínimo de 04 meses, constantes na embalagem.	Pacote 400g	1200	1440	600	120	3360
12	BISCOITO SALGADO, apresentação quadrada, tipo cream-cracker, contendo: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico , gordura vegetal, 0% de gorduras trans. Dupla embalagem, pacotes embalados 01 a 01, peso líquido 400g, com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade mínimo de 04 meses, constantes na embalagem.	Pacote 400g	1200	1440	720	120	3480
13	BISCOITO TIPO ROSQUINHA, sabor chocolate, contendo: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico , açúcar, amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, sal, bicarbonatos de sódio e de amônio, aroma de chocolate e estabilizante lecitina de soja. Pode conter traços de leite. Embalagem de 400 g, com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade mínimo de 03 meses, constantes na embalagem.	Pacote 400g	1200	960	480	120	2760
14	BOMBONS DE CHOCOLATE, pct de 1 kg	Pct	180	36	0	36	252
15	CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO, apresentação: torrado e moído, sem misturas, embalado à vácuo, 1ª qualidade, com aspecto, cor e sabor característicos. Embalagem metalizada com 250g, contendo data de fabricação e validade, com selo de pureza da ABIC.	Pacote 250g	960	0	480	72	1512
16	CAFÉ SOLÚVEL, sachê de 50g, contendo data de fabricação e validade, com selo de pureza da ABIC	UNID	0	24	60	36	120
17	CALDO DE BACON, caixa de 06 cubos, 19g, prazo de validade mínima de 12meses.	Cx	0	36	0	0	36
18	CALDO DE CARNE, caixa de 06 cubos, 19g, prazo de validade mínima de 12meses.	Cx	0	72	18	0	90
19	CALDO DE GALINHA, caixa de 06 cubos, 19g, prazo de validade mínima de 12 meses.	Cx	0	60	18	0	78
20	CANELA EM PÓ, em pacotes de 50g. Prazo de validade mínimo de 12 meses.	Und	0	48	12	0	60
21	CARNE BOVINA MOÍDA, 1ª qualidade, congelada, industrializada, sem inervações, pouca gordura, acondicionada em saco plástico de polietileno de 500g , atóxico, com carimbo do SIF ou SIE/AL de acordos com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com prazo de validade mínimo de 08 meses.	Kg	120	300	96	120	636



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

22	CARNE BOVINA SEM OSSO, tipo coxão mole, cortes chã de dentro, patinho, alcatra. Apresentação: congelada, sem manchas escuras, verdes, sem inervações, ou contra pesos, acondicionada em saco plástico de polietileno com 05 Kg , com carimbo do SIF ou SIE/AL de acordo com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com prazo de validade mínimo de 09 meses.	Kg	0	300	0	120	420
23	CARNE DE AVE REFRIADA MOÍDA de 1º Qualidade, Carne limpa e sem gordura e similares, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, embalados em pacotes de 01Kg	Kg	120	240	60	120	540
24	CARNE DE FRANGO (PEITO) com osso congelada, de 1ª qualidade, embalagens que contenham dados de identificação e informações nutricionais do produto, validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega, nº de registro no SIF, SIE ou SIM.	Kg	120	0	72	60	252
25	CATCHUP – Ingredientes Básicos: polpa de tomate, açúcar, vinagre, sal e conservante. Características adicionais: produto próprio para o consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: bisnaga PET 200g.	Bisnaga pet (200g)	24	120	36	18	198
26	CHÁ DE ERVAS- Camomila. Caixa com no mínimo 10 saquinhos, peso líquido mínimo 15g. Validade mínima 18meses.	Cx	120	24	84	24	252
27	CHÁ DE ERVAS- Cidreira. Caixa com no mínimo 10 saquinhos, peso líquido mínimo 15g. Validade mínima 18meses.	Cx	120	24	84	24	252
28	CHARQUE DIANTEIRO. Produto preparado com carne bovina tipo ponta de agulha com salmoura, dessecada, de consistência firme, com aspecto, cor, odor e sabor característicos. Prazo de validade mínimo de 06 meses no ato da entrega. Embalagem: polietileno transparente, atóxica, 01 Kg.	Kg	60	480	72	120	732
29	CONDIMENTO COLORAU (SEM SAL). Apresentação industrial, matéria prima urucum, aspecto físico pó, aplicação culinária em geral, com identificação do fabricante, prazo de validade e peso líquido na embalagem, validade mínima de 06 meses, acondicionado em saco de polietileno transparente, fechado hermeticamente, com validade não inferior a 06 meses, pct com 100g.	Pacote	120	720	36	36	912
30	CONDIMENTO MISTO EM PÓ, COMINHO. Pct. plástica de polietileno transparente, 100g, validade mínima de 06 meses.	Pacote	120	480	36	60	696



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

31	Coxa e sobrecoxa de frango congelada em pacote de 01 a 03 Kg, com selo de procedência e data de validade, com no max 6% de água. Aspecto próprio sem manchas esverdiadas, cheiro e sabor próprios, com ausência de sujidades, parasitas e larvas e demais especificações exigidas pela ANVISA.	Kg	120	240	36	60	456
32	CREME DE LEITE. Ingredientes: gordura láctea - mínimo 35%, apresentação lata, peso mínimo 300gr, prazo de validade 1 ano, conservação: ambiente seco e arejado.	Lata	96	0	60	48	204
33	ERVILHA - lata, peso mínimo 200g, reidratada em conserva, registro no Ministério da Saúde. Ingredientes: sal, açúcar, ervilha. Prazo de validade mínimo de 1 ano.	Lata	36	0	60	48	144
34	EXTRATO DE TOMATE, concentrado com substância seca, mínimo 18% p/p, adição 1% de açúcar e 5% de cloreto de sódio, isento de fermentações e processamentos defeituosos. Embalagem: Stand up pouch, mínimo 340g.	Stand up	360	240	120	72	792
35	FARINHA DE ARROZ - sem aditivos químicos, Data de Fabricação e validade mínima de 04 meses. Inscrição no Ministério da Saúde, embalagem 500g.	Und	48	216	72	36	372
36	FARINHA DE MANDIOCA, torrada, seca, fina, beneficiada branca, tipo 2, isenta de sujidades, acondicionadas em saco plástico transparente contendo 1 kg, a embalagem deverá conter os dados de identificação do produto, prazo de validade não inferior a 05 meses da data da entrega.	Kg	36	108	120	0	264
37	FARINHA DE MILHO, TIPO FLOCÃO, pré-cozido do grão do milho moído, de cor amarela, acondicionado em saco de polietileno transparente, atóxico, fechado hermeticamente, enriquecida com ferro e ácido fólico, embalado em pacotes de 500g.	Und	240	480	300	120	1140
38	FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA - TIPO 1 - A farinha de trigo deverá ser obtida a partir de grão de trigo, limpos e em perfeito estado de conservação. Pacotes de papel kraft branco, polietileno branco leitoso ou polietileno transparente com capacidade para acondicionar 1.000 gramas de farinha de trigo. As marcações obrigatórias devem ser impressas no sistema rotogravura. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	kg	120	840	60	72	1092
39	FEIJÃO carioquinha, classe 1, novo, constituídos de grãos inteiros e sãos, apresentação 01 Kg, acondicionado em saco de polietileno transparente, fechado hermeticamente, prazo de validade de no mínimo 06 meses da data da entrega.	kg	0	240	48	12	300



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

40	FEIJÃO FRADINHO - constituídos de grãos inteiros e sãos, apresentação 01 Kg, acondicionado em saco de polietileno transparente, fechado hermeticamente, prazo de validade de no mínimo 06 meses da data da entrega.	kg	0	0	30	60	90
41	FILÉ DE PEIXE TIPO MERLUZA, congelado sem espinhas. Embalagem de polipropileno de 01 Kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido e registro do SIF ou equivalente do Ministério da Agricultura do estado onde se localiza a sede ou domicílio do licitante. Data de fabricação não inferior a 90% do prazo de validade.	Kg	0	120	0	12	132
42	FRANGO RESFRIADO, congelado com adição de água de no máximo 6%, peça com 2,5 Kg a 3,0 Kg. Aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Registro no SIF ou SISP.	Kg	72	240	0	36	348
43	GOIABADA, embalagem plástica com 600g, validade mínima de 6 meses.	Und	24	192	60	48	324
44	GRANOLA Tradicional Zero Adição de Açúcares – sache peso mínimo 250g.	Sache	0	48	144	0	192
45	IOGURTE LIQUIDO VITAMINADO, embalagem mínimo de 900 ml	unid	600	960	480	120	2160
46	LEITE CONDENSADO. Ingredientes: leite integral/açúcar/leite em p integral e lactose. Prazo de validade 12 meses. 395g.	Lata	96	120	60	48	324
47	LEITE DE COCO 200 ML, composição: extrato de amêndoa de coco diluído para 25% de lipídios, caborximetilcelulose, benzoato de sódio e metabissulfito de sódio.	Und	120	960	0	0	1080
48	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO. Produto de primeira qualidade, com teor de gordura igual ou superior a 26%, contendo açúcares, proteínas, de cor branca amarelada, sabor e odor agradável, não rançoso, próprio para o consumo. Embalagem laminada com 200g, identificação do fabricante, prazo de validade e peso líquido na embalagem, validade mínima de 06 meses, com registro no Ministério competente e informação nutricional na embalagem.	Pacote 200g	480	360	480	120	1440
49	LINGÜIÇA TIPO CALABRESA, industrializada, congelada, de 1ª qualidade, com selo de inspeção do órgão competente. Data de validade não inferior a 06 meses. Embalagem: polietileno atóxica 2,5 Kg.	Kg	144	0	60	120	324



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

50	MACARRÃO SÊMOLA TIPO ESPAGUETE. Ingredientes: sêmola de trigo, ovos e corantes naturais de urucum. Embalagem de polietileno transparente, fechado hermeticamente, com prazo de validade não inferior a 06 meses da data da entrega.	Pacote 500g	144	480	48	60	732
51	MAIONESE TRADICIONAL. Composição: 0% de gordura trans, água, óleo vegetal, amido modificado, açúcar, ovos pasteurizados, vinagre, sal, suco de limão; acidulantes: ácido lático e ácido cítrico; estabilizantes: goma guar e goma xantana; conservador: sorbato de potássio; antioxidantes: BHT e BHA sequestrante: EDTA – cálcio dissódico; corantes: idêntico aos naturais: betacaroteno e riboflavina e aromatizantes. Embalagem: sachê 500g.	Sachê 500g	24	120	36	18	198
52	MARGARINA VEGETAL CREMOSA. Produto que se apresenta sob forma de emulsão plástica ou fluída contendo obrigatoriamente os ingredientes leite, seus constituintes, óleos e/ou gorduras comestíveis, sal e água, deverá conter no mínimo 60% de lipídios . No rótulo deverá constar a denominação do produto e sua classificação – Rotulagem Nutricional Obrigatória. Embalagem individual com 250g, reembaladas em caixas de papelão reforçadas com 24 potes cada. Data de fabricação e prazo de validade não inferior a 05 meses da data da entrega.	Unidad e 250g	600	240	300	36	1176
53	MILHO para canjica - milho, tipo grão, aplicação mungunzá (canjica), pacote de 500G.	Unid	120	360	0	0	480
54	MILHO PARA PIPOCA, classe amarelo, tipo 1, embalagem plástica de 500g.	Unid	120	120	36	36	312
55	MILHO VERDE EM CONSERVA. Embalagem em lata com revestimento interno apropriado, vedada peso mínimo de 200g. Data de validade não inferior a 06 meses da data de entrega.	Lata 200g	96	36	60	48	240
56	MISTURA PARA BOLO – contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, amido de milho, fermento químico e aroma artificial. Embalagem com peso mínimo de 450 g, com prazo de fabricação e validade, validade mínima de 6 meses.	Pacote 450g	180	0	72	60	312
57	MORTADELA TUBULAR, sem gordura, peças com 2,5 a 3,5 Kg. Embalagem contendo data de fabricação e validade, de no mínimo 3meses, seguindo especificações da ANVISA.	Kg	120	360	30	0	510
58	ÓLEO DE SOJA. Ingredientes: óleo 100% de soja, com antioxidante e ácido cítrico, tipo: refinado, unidade de fornecimento: embalagem plástica (pet) contendo 900 mL.	Und	120	120	120	36	396



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

59	OVOS DE GALINHA, tipo branco, tamanho médio, pesando no mínimo 50g, a casca deve apresentar-se áspera, porosa, fosca, seca e limpa, não deve conter rachaduras. Prazo de validade mínimo de 30 dias da data de entrega e carimbo do SIF ou SIE/AL de acordo com as normas do Ministério da Agricultura. Embalagem: bandejas com 30 und em caixa secundária de papelão.	Bandeja	120	48	72	60	300
60	PÃO DE FORMA pct com 500g	Pct	360	60	120	60	600
61	PÃO PARA CACHORRO QUENTE, 50g.	Und	3600	2400	120	360	6480
62	PRESUNTO FATIADO, embalado em isopor com aproximadamente 300g, com etiqueta de peso, procedência, data de validade e demais informações exigidas pela ANVISA.	Kg	300	180	120	48	648
63	PROTEÍNA DE SOJA, texturizada, sabor carne, em embalagem plástica flexível, atóxica com 500g, secundária em plástico resistente.	unid	0	480	0	0	480
64	QUEIJO COALHO, pacote com 1Kg, fabricado com leite pasteurizado, fermento lácteo, sal, cloreto de cálcio e coalho, sem glúten. Rótulo com dados do fabricante, prazo de validade e registro no Ministério da Agricultura.	Kg	180	120	60	36	396
65	Queijo mussarela, embalados em isopor com aproximadamente 300gr: Leite pasteurizado, cloreto de cálcio, sal refinado, coalho fermento lácteo liofilizado e conservador nitrato de sódio- não contém glúten. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, cheiro forte, intenso ou azedo, coloração não característica, sabor alterado e peso insatisfatório.	Kg	300	120	120	48	588
66	QUEIJO RALADO Tipo Parmesão, Embalagem plástica de 100 g. com validade de 6 meses	Unid	24	24	24	12	84
67	REFRESCO SACHÊ - preparado solido (pó) para refresco de frutas com 30% de polpa de fruta desidratada, com concentração para 6 a 8 partes de água adoçada com sabor uva embalagem em caixa com 16 unidades.	Caixa	60	240	12	36	348
68	REFRIGERENTE 02L, à base de cola. Rotulo com data de fabricação e validade de no mínimo 6 meses.	Unid	360	240	120	144	864
69	REFRIGERENTE 02L, à base de guaraná. Rotulo com data de fabricação e validade de no mínimo 6 meses.	Unid	360	24	120	144	648
70	REQUEIJÃO CREMOSO Tradicional embalagem peso mínimo 200g	Und	300	12	60	24	396



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

71	SAL REFINADO IODADO, embalagem contendo 1 Kg, com identificação do produto, marca do fabricante, ingredientes: cloreto de sódio, iodeto de potássio, com data de fabricação de no mínimo 12 (doze meses), registro no Ministério da Saúde com informações nutricionais no rótulo.	Kg	36	480	12	12	540
72	SALSICHA Resfriada – embalagens que contenham especificados o local de origem do produto, peso, data de embalagem e vencimento não inferior a 06 meses. Embalagem de 05 Kg	Kg	360	720	120	120	1320
73	SARDINHA, em conserva, em óleo de soja comestível. Embalagem com 125 g	unid	120	480	72	72	744
74	SUCO CONCENTRADO DE FRUTA INTEGRAL. Composição: água potável, suco concentrado de diversos sabores (acerola, caju, uva, abacaxi, goiaba) acidulante, ácido, cítrico, aromatizante: aroma idêntico ao natural, garrafa de vidro de 500 ml.	Garraf a 500 ml	240	192	120	48	600
75	TEMPERO EM PÓ - In natura de primeira qualidade, acondicionado em embalagem plástica de 100g.	Und	60	600	60	36	756
76	VINAGRE, a base de fermento acético de álcool, água, contendo conservantes, não contendo glúten, acidez volátil de 4% - e Registro do produto no Ministério competente, data de fabricação e prazo de validade na embalagem, validade mínima de 06 meses. Embalagem: garrafa 500 mL.	frasco	60	120	36	36	252

LOTE II:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO	UNID	QUANTIDADES		QTD. GERAL
			FMS	FMAS	
1	ABACAXI, unidade média 750g, médio amadurecimento, casca íntegra, sem perfurações	Unid	360	720	1080
2	ABÓBORA, in natura, não deve estar perfurada ou deteriorada.	Kg	60	240	300
3	ALFACE, in natura, espécie lisa, aplicação em alimentação humana, isento de sujidades, parasitas e larvas.	Unid	60	120	180
4	ALHO, as cabeças deverão ser redondas, firmes e cheias, com a parte exterior intacta e sem manchas. Os dentes devem ser firmes, graúdos e unidos. Peso médio 70g.	Kg	48	120	168
5	BATATA DOCE rosada, lavada, uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firmes, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície.	Kg	120	0	120
6	BATATA INGLESA, selecionada, de 1ª qualidade, tamanho médio 80g, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	96	240	336



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

7	BETERRABA, in natura, tipo extra, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	24	120	144
8	CEBOLA BRANCA, com casca protetora, tamanho médio 70g, de 1ª qualidade, desenrestada, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	72	240	312
9	CEBOLA ROXA, com casca protetora intacta sem resíduos, tamanho médio 70g, de 1ª qualidade, desenrestada, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	36	240	276
10	CEBOLINHA, in natura, em molhos, em perfeitas condições para o consumo e para utilização na culinária, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, as folhas não devem estar machucadas, queimadas e deterioradas.	Molhos	48	0	48
11	CENOURA in natura, selecionada, de 1ª qualidade, tamanho médio 120g, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, com coloração e cor uniformes típicas da variedade, sem brotas, sem rachadura e outros defeitos.	Kg	96	240	336
12	CHUCHU IN NATURA- poupa intacta, casca firme, cor uniforme verde claro, sem brotas e defeitos. Selecionado, de 1ª qualidade, tamanho médio 350g, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	60	120	180
13	COENTRO, em molhos, em perfeitas condições para o consumo e para utilização na culinária, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, as folhas não devem estar machucadas, queimadas e deterioradas. Sendo no mínimo 200g cada molho	Molhos	96	120	216
14	Couve-Flor de 1ª qualidade, livres de fungos; tamanho de médio a grande.	Kg	24	0	24
15	Fruta in natura tipo banana, espécie prata - 1ª qualidade.	Dz	240	240	480
16	Fruta, in natura, tipo manga, espécie comum, aplicação alimentar - 1ª qualidade	Kg	180	192	372
17	Fruta, in natura, tipo laranja, aplicação alimentar - 1ª qualidade	Kg	180	480	660
18	Fruta, in natura, tipo maçã, aplicação alimentar - 1ª qualidade	Kg	144	480	624
19	Fruta, in natura, tipo mamão, espécie havi, aplicação alimentar - 1ª qualidade	Kg	120	240	360
20	Fruta, in natura, tipo maracujá, aplicação alimentar - 1ª qualidade	Kg	144	240	384



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS**

21	Fruta, in natura, tipo melancia, espécie redonda, aplicação alimentar – 1ª qualidade	Kg	360	960	1320
22	Fruta, in natura, tipo melão, aplicação alimentar – 1ª qualidade	Kg	144	600	744
23	Fruta, in natura, tipo pera, aplicação alimentar – 1ª qualidade	Kg	96	360	456
24	Fruta, in natura, tipo uva, aplicação alimentar – 1ª qualidade	Kg	120	360	480
25	GOIABA VERMELHA, in natura, não deve estar amassada, deteriorada ou perfurada, médio amadurecimento.	Kg	120	180	300
26	INHAME EXTRA, in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isento de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA.	Kg	72	480	552
27	Legume in natura, tipo batata doce, espécie comum, aplicação alimentar - de 1ª qualidade.	Kg	72	240	312
28	LIMÃO TAITI, in natura, médio amadurecimento, casca íntegra, não deve estar perfurada ou deteriorada, cor característica do produto	Kg	60	120	180
29	MACAXEIRA, in natura, apresentação – 1ª qualidade, tipo casca lisa, tamanho médio a grande – 1ª qualidade.	Kg	120	480	600
30	PEPINO, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades.	Kg	36	120	156
31	PIMENTA DE CHEIRO VERDE, in natura, grau de maturação médio, não deve estar perfurada ou deteriorada.	Kg	18	36	54
32	PIMENTÃO, tamanho médio 55g, selecionado de 1ª qualidade, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	48	120	168
33	QUIABO, selecionado, 1ª qualidade, médio amadurecimento, apresentando coloração característica, sem manchas e/ou danos superficiais, sem restos florais, não deve ser murcho.	Kg	48	192	240
34	REPOLHO VERDE- Hortaliças de folhas enoveladas, característica íntegra, coloração uniforme, aroma, sabor e cor típicos da espécie isento de sujidades e selecionado, de 1ª qualidade, tamanho médio 01 a 1,5Kg, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	96	144	240
35	TOMATE, semi-maduro, inteiro, tamanho médio 100g, sem machucões, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	120	240	360

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Após a verificação do objeto demandando e dos requisitos da contratação, realizou-se o levantamento de mercado e identificou as seguintes características:

I- O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;

II- Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e/ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de contribuições;

III- Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido;

IV- Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades das Secretarias. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa;

V- A aquisição descrita no **ITEM IV**, que tem por objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, como uma contratação frequente por órgãos públicos, em todas as suas esferas;

VI- Verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas a fornecer os alimentos conforme os requisitos estabelecidos neste documento;

VII- A pesquisa será realizada também no Banco de Preço público, desde que as cotações se refiram as aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data deste estudo;

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

6.1 – Levando em consideração os aspectos econômicos, técnicos e financeiros a alternativa mais eficiente e eficaz para atendimento ao objeto em estudo neste ETP é a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios conforme especificações técnicas estabelecidas no **item IV** e no Termo de Referência que irá em anexo.

6.2 – Considerando que a contratação aqui pretendida abrange o consumo parcelado e eventual, recomendamos a utilização do Sistema de Registro de Preços, uma vez que se traduz em uma maior economicidade e eficiência no gerenciamento e planejamento dos itens a serem adquiridos, cumpre ressaltar, como necessidade imperiosa da Administração Pública, a implementação de medidas visando o uso sustentável e consciente promovendo medidas de economia.

6.3 – Importante assegurar ainda que diante do atendimento a urgência de demanda pelas secretarias é necessário o adequado fornecimento dos itens conforme discriminado, não podendo ser substituído por outro produto.

6.4 – Recomenda-se observar a aplicação da cota parte reservada as empresas ME/EPP de acordo com a Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro e suas alterações.

7- JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Por tratar de itens divisíveis, poderá haver parcelamento dos itens do objeto conforme o que ficar mais viável para a aquisição pretendida.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

8 - RESULTADOS PRETENDIDOS

Após a realização desse Estudo Preliminar, o Termo de Referência será elaborado e caso aprovado pelo Gestor será realizada PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO. Após a análise da proposta mais vantajosa, será elaborada a Ata de Registro de Preço seguida por ordens de fornecimento conforme as necessidades demandadas pelas Secretarias Municipais de São Brás.

9 - GESTÃO DE CONTRATO:

A gestão da contratação será executada por servidor devidamente autorizado, nomeado por portaria para acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos itens, a entrega integral conforme Ordem de Fornecimento e atesto da nota fiscal. O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato e encaminhará os apontamentos a autoridade competente para tomar providências cabíveis.

10 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não há contratações correlatas e interdependentes para o objeto em estudo.

11 - IMPACTOS AMBIENTAIS:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. Para mitigar esses impactos ambientais é importante adotar práticas de compra responsável, como:

- Utilização de produtos que contenham embalagens recicláveis e recicladas.

12 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Com base nas informações levantadas ao longo do estudo preliminar verificamos que este tipo de contratação, irá atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de São Brás.

Deste modo, esta Equipe de planejamento declara a viabilidade da contratação pretendida, através de Pregão eletrônico, tipo menor preço por item.

SÃO BRÁS, -- de ---- de 2024

MARCOS VINICIUS FERREIRA LIMA
(SETOR DE PLANEJAMENTO)

CRISTIANE DE SANTANA SIMOES
(SETOR DE PLANEJAMENTO)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2024

O MUNICÍPIO DE SÃO BRÁS/AL, através pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.207.437/0001-80, com sede localizada à Rua do Comercio, nº 03 – Bairro centro, CEP 57.380-000, São Brás/AL, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Prefeito, o senhor **XXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado neste município, inscrito no CNPF/MF sob nº XXXXXXXX e portador da Cédula de Identidade nº XXXXX SEDS/AL, nomeado(a) pela Portaria nº XXXXXXXXXXXX de XX de XXXXXXXXXXXX de 202X, publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no EDITAL DE LICITAÇÃO XX/2024, sujeitando-se as partes às normas constantes no art. nº 82 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462/2023 de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1-DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado no Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2-DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital) (Art. 41)	Modelo (se exigido no edital) (Art. 41)	Unidade	Quantida de Máxima	Quant idade Mínim a	Valor Un	Prazo garantia ou validade

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3-ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Município de São Brás, CNPJ nº 12.207.437/0001-80, por intermédio de sua Prefeitura.

3.2. Os Órgãos Participantes são: Fundo Municipal de Assistência Social com CNPJ nº 15.185.189/0001-01 e Fundo Municipal de Educação com CNPJ nº 18.375.887/0001-68.



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS**

4- DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5-VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA(art. 84)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme [art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do [edital ou do aviso de contratação direta](#), poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6-ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7-NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.5. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8-REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, (art. 30 do Decreto 11.462 de 2023).

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no [art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023](#).

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9-CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no [artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023](#); ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos [26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023](#).

10- DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas [no edital ou no aviso de contratação direta](#).

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço ([art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023](#)), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade ([art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023](#)).



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11- CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Brás/AL, XX de XXXX de 2024.

XXXXXXXXXXXX
Prefeito
Órgão gerenciador

XXXXXXXXXXXX
Secretária Municipal da XXXXXXX
Partícipes:

FORNECEDOR 01

XXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

FORNECEDOR 02

XXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX